

Biopoder e subjetividade: o corpo como primeiro território aplicado ao *Brexit*

Vinícius Ricardo do Nascimento¹

Resumo: Busca-se neste artigo refletir sobre o corpo como primeiro território de controle e suas implicações para a reprodução cotidiana da subjetividade. Independentemente da tipologia de governo que se instaura em um determinado território, o fato é que para a manutenção do *status quo* é necessária legitimidade. Tal apoio oriundo da sociedade tem como base os sujeitos que a compõe. Para a construção da ordem se faz necessário a legalidade, a coerção e, por vezes, a coação. Portanto, o biopoder é uma estratégia de suma importância para Estados e órgãos supranacionais na formação da subjetividade de cada cidadão, seja em escala local ou global. O corpo como primeiro território aplicado ao *Brexit*.

Palavras-chave: Território. Biopoder. Subjetividade. *Brexit*.

Biopower and subjectivity: the body as the first territory applied to *Brexit*

Abstract: This article seeks to reflect on the body as the first control territory and its implications for the daily reproduction of subjectivity. Regardless of the type of government that is established in a given territory, the fact is that the maintenance of the status quo requires legitimacy. Such support from society is based on the subjects that compose it. For the construction of order, legality, coercion and, sometimes, coercion are necessary. Therefore, biopower is a strategy of paramount importance for states and supranational bodies in the formation of the subjectivity of each citizen, whether on a local or global scale. The body as the first territory applied to *Brexit*.

Keywords: Territory. Biopower. Subjectivity. *Brexit*.

Biopoder y subjetividad: el cuerpo como primer territorio aplicado al *Brexit*

Resumen: Este artículo busca reflexionar sobre el cuerpo como primer territorio de control y sus implicaciones para la reproducción cotidiana de la subjetividad. Independentemente del tipo de gobierno que se establezca en un territorio determinado, el hecho es que el mantenimiento del status quo requiere legitimidad. Dicho apoyo de la sociedad se fundamenta en los sujetos que lo componen. Para la construcción del orden son necesarias la legalidad, la coacción y, en ocasiones, la coacción. Por tanto, el biopoder es una estrategia de suma importancia para los estados y organismos supranacionales en la formación de la subjetividad de cada ciudadano, ya sea a escala local o global. El cuerpo como primer territorio aplicado al *Brexit*.

Palabras clave: Territorio. Biopoder. Subjetividad. *Brexit*.

¹ Cientista social; Mestrando em Geografia pela UFSCar.

Introdução

A narrativa é uma disputa pelo consentimento para obtenção de espaço (físico ou imaterial). Não há Estado sem população e território. Assim sendo, os governos precisam minimamente de apoio popular para prosseguirem no poder. A batalha pela opinião pública é travada a todo momento no âmbito político, sobretudo durante o período eleitoral nas chamadas democracias representativas da contemporaneidade. Segundo Mondardo:

Desde os primórdios o corpo foi necessariamente o primeiro território de construção das relações e, portanto, de dominação e controle dos indivíduos. Contudo, à medida que a sociedade de disciplina dos corpos-indivíduos dos séculos XVII e XVIII se transformou em sociedade de controle e segurança de massas de corpos nos séculos XIX e XX, esta passou a desenvolver uma nova forma de dominação e controle do território-corpo desenvolvendo-se o biopoder, ou seja, o controle/agenciamento da vida. (MONDARDO, 2009, p. 2).

Desse modo, se faz necessário que o contrato social (coesão dos indivíduos ao ceder parte da respectiva liberdade para a formulação de uma entidade comum maior responsável pelo regramento e ordem – o Estado) idealizado pelos filósofos contratualistas clássicos (Hobbes, Rousseau e Locke) não seja rompido para a manutenção do Estado demiurgo. Portanto, o contrato social pode ser compreendido como a junção dos corpos que dão substância ao território vivido. O dilema territorial está no corpo e na construção da subjetividade. A chave de emancipação está no ensino.

O Leviatã² (governo central e autoritário) é um gigante e possui o monopólio da força; porém, não se pode resolver tudo na base da violência. Sem a legitimidade a governabilidade pode entrar em crise, especialmente na conectividade e interdependência da sociedade capitalista globalizada do século XXI. Negri e Cocco refletem sobre tal tensionamento contemporâneo:

A soberania contemporânea é um poder sujeito a estímulos diversos, continuamente repropostos, nunca conclusivos, sempre contraditórios, muitas vezes antagônicos. A soberania contemporânea não tem mais unidade, assim como (ainda mais importante) não tem mais medida. Neste quadro, o poder soberano está aberto a mil tensões. (NEGRI, COCCO, 2005, p. 14).

² Monstro bíblico utilizado por Thomas Hobbes em seu livro de mesmo nome como figura para personificar o Estado.

No contexto da soberania contemporânea o neoliberalismo assume a visão econômica predominante no atual sistema do capital globalizado e se configura como um paradigma em escala global que impõe a competitividade, o imediatismo e o individualismo tanto para as instituições (públicas ou privadas) quanto para os sujeitos.

O biopoder, segundo Mondardo (2009) é uma forma política de controle sócio-territorial burguesa. Neste texto, a ideia de biopolítica se assemelha ao biopoder, mesmo ciente de que ambos os conceitos não possuem exatamente o mesmo significado. Considera-se aqui o biopoder e a biopolítica como o instrumento de moldar vidas, o controle, a dominação. Como exemplo aplicado será abordado superficialmente o referendo do *Brexit*³ no Reino Unido.

Partido do entendimento do corpo como primeiro território, é possível entender tal percepção aos processos de reterritorialização (retomada espacial e/ou simbólica da soberania/autonomia) e desterritorialização (perda/separação espacial e/ou simbólica da soberania/autonomia) como consequências dessa instrumentalização da biopolítica (seja em conformidade, seja como resistência). O intuito aqui é traçar um paralelo-comparativo entre o biopoder e corpo-território tanto no aspecto micro (autonomia pessoal) quanto macro (soberania do Estado).

O corpo como primeiro território, o sujeito como última instância

Tudo é política. Segundo Aristóteles, o homem é por natureza um animal social (2001). Desse modo, o contrato social como união comum dos corpos é fundamental para a formação das civilizações por meio da construção das cidades e da vida comum em sociedade. O controle da coletividade é um elemento importante para a manutenção do poder. O controle do território é estratégia fundamental para a manutenção do poder. Segundo Foucault⁴:

A ação sobre o corpo, o adestramento, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualiza – homem – como produção do poder (FOUCAULT, 1985, p. 20).

³ Referendo de 2016 que decidiu pela saída dos britânicos da União Europeia.

⁴ Filósofo francês cujas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento, e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais.

Dele se faz a massificação de causas (engajamento) e, conseqüentemente, é possível realizar movimentos de reterritorialização e desterritorialização. A subjetividade é vista então como o acúmulo de conhecimento prático e teórico, experiência e conhecimento. Assim sendo, o corpo como território de dominação, conforme apontado por Mondardo, é a matéria-prima para processos de continuidade e resistência (o que permite rearranjos).

O corpo é alvo de constantes tentativas de *disciplinização*⁵ tanto de órgãos públicos quanto de entidades privadas. O corpo é alvo e luta contra as tentativas de adestramento e domesticação impostas pelos agentes do *status quo*. Parafraseando Rousseau: “o ser humano nasce livre e em toda a parte está a ferros” (2015 p. 11).

A relação entre corpo e território é um tema fundamental para a geografia humana contemporânea, tendo-se em vista os aspectos sociais e de poder que envolvem a verticalidade da sociedade. Partindo para uma reflexão de cunho filosófico, encontra-se na dualidade do ser entre o determinismo e o livre-arbítrio para a tomada de decisão. Segundo Santos:

A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação. Essa categoria de corporeidade está ganhando espaço nas ciências do homem nesta fase da globalização. A geografia também começa a incorporá-la. (SANTOS, 2006, p. 51).

Desse modo, a escolha do ser humano é delimitada pelas possibilidades. A corporeidade é ferramenta cobiçada pela verticalidade do biopoder, é instrumento de ação, é a vitalidade e expansão do território em si. O processo de globalização apenas reforça o corpo como objeto de dominação para a massificação da subjetividade. O mesmo autor afirma:

Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são locus de ações "superiores", graças à sua superposição triunfante às forças naturais. Tais ações são, também, consideradas superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes - o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento

⁵ Termo autoral para indicar a constante tentativa de disciplinar (controlar) a subjetividade de cada indivíduo, doutrinando assim a personalidade (característica pessoal) para a massificação genérica (padronização do sujeito).

do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses. Utilizando novos materiais e transgredindo a distância, o homem começa a fabricar um tempo novo, no trabalho, no intercâmbio, no lar. Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. (SANTOS, 2006, p. 158).

É o sujeito que pensa, age, rompe fronteiras. A submissão deste é a força que mantém o paradigma vigente. A sua não conformidade, não aceitação aos padrões estabelecidos, representa um risco que deve ser diluído pelos agentes da dominação em sua lógica de controle. Portanto, é a subjetividade que fornece a legitimidade para as ações do Leviatã (seja o Estado público demiurgo ou as grandes transnacionais privadas). Sobre isso, Habermas afirma:

O Estado certamente não produz por si mesmo a identidade coletiva da sociedade; nem pode ele próprio realizar a integração social mediante valores e normas que, como se sabe, não tem à disposição. Mas na medida em que o Estado assume a garantia de evitar a desintegração social por meio de decisões vinculantes, ele liga ao exercício do poder estatal a pretensão de conservar a sociedade em uma identidade, determinada de maneira normativa. É deste modo que a legitimidade do poder estatal é medida, devendo ser reconhecida como legítima caso deva perdurar. (HABERMAS, 2016, p. 382).

O contrato social é o fator que determinará a constituição da sociedade e do território. O Estado surge como consequência. Tendo a legitimidade dos sujeitos, os agentes buscam ampliar a sua administração e perpetuar o poder. O biopoder é peça-chave para o controle do território em todos os seus aspectos. Não se trata apenas do controle dos aspectos políticos ou econômicos, mas de uma rede interligada em diferentes âmbitos. De acordo com Haesbaert, é possível agrupar a conceituação de território em três grandes vertentes:

- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.
- Cultural(ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural. Mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço.
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. (HAESBAERT, 2003, p. 13).

A subjetividade do ser é externalizada por meio de ações e omissões. O biopoder visa captar (ou, talvez, cooptar) tal fator para as próprias aspirações da instituição (estatal ou particular). No campo econômico esse elemento se faz por meio de propagandas que estimulam o consumismo (o consumo além do necessário). No âmbito culturalista a subjetividade se manifesta por meio de produções e reproduções. Já no aspecto jurídico-político o sujeito desenvolve ideologias, simpatias e repulsas. O papel do biopoder é atrair tais aspirações a seu favor.

O poder produz subjetividades, com o capital neoliberal não é diferente. Segundo Hardt e Negri:

As grandes potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico: produzem necessidades, relações sociais, corpos e mentes – ou seja, produzem produtores. Na esfera biopolítica, a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 51).

Novamente se tem o corpo e a mente como territórios sujeitos à cobiça da biopolítica. É possível apontar como exemplos históricos do corpo como território de dominação a escravidão e o abuso contra o corpo feminino. A manutenção do Leviatã necessita de um contrato social a seu favor. O corpo alheio é visto como meio de produção, produto, propriedade de dominação, mercadoria biológica, objeto de desejo. O corpo é o território a ser marcado e delimitado, a ferramenta, a máquina. O corpo como primeiro território, o sujeito como primeira e última instância de legitimação.

O biopoder do Leviatã e a resistência: autonomia e soberania do corpo-território aplicado ao *Brexit*

Movimentos disruptivos podem gerar efeitos não desejados para a reprodução social planejada pelos atores do controle. Tal como o lema positivista explicitado em nossa bandeira, o Leviatã precisa da biopolítica, precisa da “ordem e do progresso”. Contudo, não há vácuo quando se pensa em política e território.

A cada movimentação, em cada deslocamento que visa manter o *status quo*, existe a possibilidade de resistência, existe o espaço da insatisfação e do desejo de mudança. Janelas que se abrem e fecham em uma dinâmica dialética entre o conjuntural e o estrutural. Segundo Franca, a biopolítica não é capaz de produzir um domínio absoluto:

A abertura do espaço social para produção biopolítica, em síntese, teve como resultado a criação de uma esfera comum de produção e reprodução social, que o capital domina, mas não de maneira absoluta. Ao estender o espaço social de onde mais extrai riqueza, o capital amplia a esfera do comum, com potencial para criação de espaços integrados pelas redes de interesse coletivo e de vizinhança comunitária. Como as cidades e as metrópoles são potencialmente repositórios do comum, elas se tornam o palco principal da luta de classe, uma luta para criar configurações singulares de apropriação deste repositório de informação, saber e afetos. (FRANCA, 2019, p. 78-79).

A luta por espaço é uma realidade nos três aspectos do território citado anteriormente por Haesbaert. A liberdade e a autonomia sempre foram características caras para a humanidade. O determinismo legal imposto de cima para baixo gera resistência e movimentos que buscam o reconhecimento. Rupturas subjetivas que se acumulam até a rachadura objetivada. Conforme Santos:

A presença, em pontos espalhados ou concentrados do espaço, de firmas monopolistas ou transnacionais com vocação a utilizar todo o território orienta a escolha desses capitais dormentes, qualificando os espaços nacionais à imagem dos seus interesses próprios, porque essas empresas dispõem da força política para impor o que hoje se chama de modernização do território. A esse processo, intitulamos "corpo-ratização do território". (SANTOS, 2006, p. 169).

A questão do sujeito pode ser transferida para questões maiores, que vão além do indivíduo. O conjunto de subjetividades geram tomadas de decisões em escala global. Um exemplo que pode ser apontado nessa constante disputa biopolítica por território (físico ou imaterial) é o *Brexit*.

Um olhar geográfico que pode ser lançado é a interpretação de que o *Brexit* procura retomar a soberania sobre a disciplina territorial dos corpos que transitam no Estado britânico, assim como o Espaço Schengen⁶ pode ser

⁶ Área criada por convenção entre países europeus na qual não há controles fronteiriços ou alfandegários.

entendido como uma forma de disciplinar tanto os corpos dos europeus quanto os corpos dos imigrantes em seus deslocamentos territoriais.

Os Estados, assim como as empresas transnacionais, são agentes importantes na geopolítica atual. Sobre isso, Hardt e Negri afirmam:

Os Estados-nação desempenham várias funções: mediação política no que respeita aos poderes hegemônicos globais, regateio no que respeita às empresas transnacionais, e redistribuição de renda, de acordo com necessidades biopolíticas em seus próprios e limitados territórios. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 331-332).

Os relacionamentos constroem a base que serve de estrutura tanto para a sociedade quanto para o Estado. Não há Leviatã sem subjetividade. Pensando assim, então o controle por meio da biopolítica está na essência da dominação. As questões de espionagem cibernética para fins eleitorais (como o caso *Cambridge Analytica*⁷) é mais um exemplo da relevância do tema.

A contradição do Brexit é aferida por meio do apoio da população à separação do Reino Unido com a União Europeia mesmo com o início de fluxo de saída de empresas e de pessoas da Grã-Bretanha para o outro lado do Canal da Mancha em 2018. Segundo reportagem do G1:

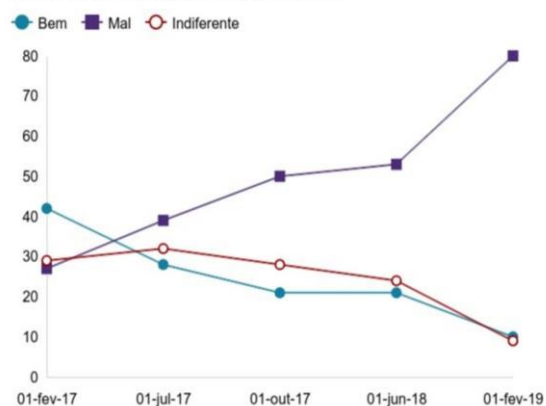
Em 2018, a Agência de Investimentos Estrangeiros na Holanda (NFIA, na sigla em inglês) trouxe 42 empresas para a Holanda por causa do Brexit, anunciou a NFIA, que faz parte do Ministério de Assuntos Econômicos do país. Juntas, estas empresas representam 1.923 postos de trabalho e pelo menos 291 milhões de euros em investimentos para a Holanda, indicou a NFIA em seus resultados anuais. A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) também deixará Londres para se instalar em Amsterdã. (G1, 2019).

A resistência nacional política dos britânicos insulares pode ser verificada por meio do apoio ao Brexit mesmo com a aparente insatisfação aferida por pesquisa quantitativa de 2019, conforme o comparativo a seguir:

⁷ Escândalo de dados que envolveu o processo de coleta de informações pessoais de milhões de usuários do Facebook iniciada pela Cambridge Analytica em 2014. Tais dados foram utilizados para influenciar a opinião de eleitores durante o processo eleitoral em diferentes países.

Como você avalia o governo britânico nas tratativas em torno da saída da União Europeia?

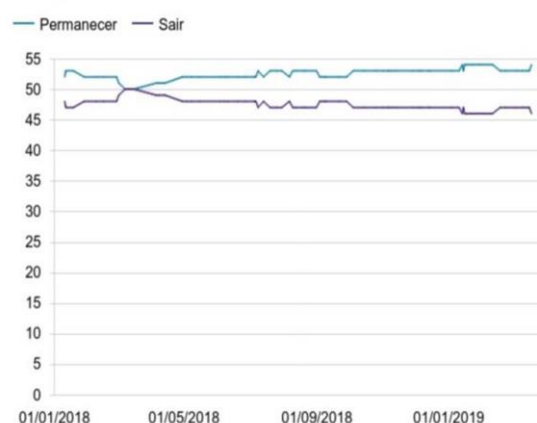
Pessoas que votaram pró-Brexit em 2016



Fonte: NatCen



Os britânicos ainda querem deixar a União Europeia?



Fonte: What UK Thinks



Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/28/os-graficos-que-mostram-como-a-opiniao-dos-britanicos-sobre-o-brexit-mudou.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Pode-se perceber que a percepção negativa dos britânicos tendeu a crescer no período posterior ao referendo do Brexit. Com o decorrer do tempo, sem a efetivação de um acordo, menor era a confiança no sucesso do Brexit. Na avaliação da população referente às tratativas do governo britânico em torno da saída da União Europeia, o percentual de bom segundo as pessoas que votaram no pró-Brexit caiu de pouco mais de 40% em 2017 para apenas 10% no início de 2019. O número de indiferentes também sofreu queda ao longo do mesmo período. Em contrapartida, o percentual dessas mesmas pessoas que votaram pró-Brexit e que consideravam ruins as tratativas do governo sobre o tema, saltou de pouco menos de 30% no início de 2017 para 80% dois anos depois.

Os dados mostram que houve uma inversão do resultado se comparado com o referendo de 2016. A quantidade de britânicos que desejavam sair ficou, em média, na faixa dos 47%. Contudo, o percentual de britânicos desejosos em permanecer na União Europeia ficou, em média, na faixa dos 53%. Como explicar isso? Uma das linhas na tentativa de fornecer uma resposta é justamente a influência do biopoder na subjetividade da população britânica.

O “eu” é a primeira e última instância. Instância primária por ser a base constituinte social, o elemento de produção e reprodução biopolítica, a matéria-prima. Última instância porque é o ser que ocupa, desloca, movimenta, manifesta, resiste. Assim sendo, a subjetividade é o início e o fim, é o emissor

que estabelece o contrato social que cria o Leviatã e também o receptor que responderá às mensagens (ações e omissões) da entidade criada pelos próprios sujeitos. É o agente que participa capaz de racionalizar e responder por vontade própria aos estímulos externos e também constituir os próprios estímulos para a reprodução alheia.

O homem é um animal social, nem por isso é fácil de ser adestrado. Fluxos e fixos que constituem o processo do ciclo da vida. Disciplinar um ser humano não é uma tarefa simples a ser desenvolvida pelos atores biopolíticos. O corpo humano é espaço próprio, pensante, entidade sagrada. Não basta violência para discipliná-lo, pois se fosse assim já teria sido feito sem cerimônias por ditaduras e poderes absolutistas. A pressão é feita de forma sutil, não somente pela truculência da força. As tentativas são várias, inúmeras conforme aponta Mondardo:

Assim, é que o controle dos corpos se dá pelos microespaços como, por exemplo, a fábrica, mas que, no entanto, esta forma de controle disciplinar do trabalho e do trabalhador pelo tempo e pelo espaço não para no arranjo dentro da fábrica. Este arranjo disciplinar se dá à escala da organização da sociedade civil, que é controlada pelo tempo do trabalho, pelo tempo do lazer, pelo tempo das férias, pelo tempo da escola, pelo tempo dos bancos etc. São inúmeras as organizações que controlam o tempo dos “indivíduoscorpos”, e assim, controlam e mantêm a ordem espacial. Através dos arranjos espaciais é que o controle dos corpos ocorre de forma eficiente e transparece “naturalidade”. (MONDARDO, 2009, p. 9).

A naturalização do controle compõe o cotidiano do cidadão por meio de registros, vídeos, metas, horários estipulados, regras internas a serem seguidas, etc. As etiquetas e códigos de conduta se sobressaem e fogem do controle do próprio indivíduo. A ética aceita é aquela moldada pela moralidade social. As câmeras e o ciberespaço seguem em constante vigilância.

A lógica do controle social fica clara conforme Foucault: vigiar e punir. O Leviatã contemporâneo (supranacional) busca o controle da subjetividade por meio do biopoder porque depende dos sujeitos. Trata-se de uma relação espacial de dependência mútua, de disputa por território e autonomia. O corpo é o princípio dessa disputa e também o fim por meio de conformidade, apatia ou resistência.

Considerações Finais

Pode-se concluir que a relação entre sujeitos e instituições gera uma interdependência mútua acentuada pelo sistema capitalista globalizado vigente. Desse modo, a subjetividade torna-se matéria-prima essencial para a construção de narrativas para a obtenção do poder e manutenção do *status quo* por parte dos agentes de dominação dos meios de produção e reprodução.

O contrato social e o seu respectivo controle se faz necessário dentro da lógica de vigiar e punir do Leviatã. Assim sendo, o biopoder é o modo do aparelho externo penetrar na formação interna do cidadão com o intuito de obter legitimidade e legalidade para as suas ações e visão de mundo. Nesse sentido, a escola passa a ser espaço de disputa em lutas de reterritorialização e desterritorialização por autonomia e soberania.

As movimentações biopolíticas geram espaços e janelas para a resistência. O exemplo aqui citado foi a saída do Reino Unido da União Europeia por meio do processo do *Brexit*. Ao se pensar nos aspectos do território trazidos por Haesbaert (jurídico-político, econômico e cultural), é possível afirmar que o corpo do indivíduo é a primeira e última instância territorial. Portanto, a subjetividade está na centralidade da infraestrutura e da superestrutura.

Referências

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Politikón, cotejada com a tradução inglesa de Benjamin Jowet e a tradução francesa de M. Thurot. Tradução de Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2001.

FRANCA, Gilberto Cunha. **Espaço, reprodução social e produção do comum**. Boletim Paulista de Geografia, nº 102, dez. de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

G1. **Os gráficos que mostram como a opinião dos britânicos sobre o Brexit mudou**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/28/os-graficos-que-mostram-como-a-opinio-dos-britanicos-sobre-o-brexit-mudou.ghtml>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

_____. **Com Brexit, mais de 40 empresas deixaram o Reino Unido e foram para a Holanda em 2018**. Disponível: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/10/com-brexit-mais-de-40-empresas-deixaram-o-reino-unido-e-foram-para-a-holanda-em-2018.ghtml>>. Acesso em: 07 out. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**; tradução Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, vol. 29, nº1, p. 11-24: Porto Alegre, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**; tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**; [tradução Rosina D'Angina]. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação: O Biopoder e a Sociedade de Controle**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. **Global: biopoder e lutas e uma América Latina globalizada**. / tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Recebido em 14.02.2021.
Publicado em 01.07.2021.